

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Secretariat

Notification

Shri M. P. Dixit is appointed as Superintendent of Fisheries, Daman, in the Department of Fisheries in a temporary capacity with effect from 21-6-65 until further orders.

R. C. Datar, Under Secretary (CD).

Panjim, 19th August, 1965.

Home Department

Order

HD-44-10242/65

On deputation from the Government of Maharashtra, Shri S. R. Kulkarni, Deputy Superintendent of Police, C. I. D., Aurangabad is appointed as Deputy Supdt. of Police, C. I. D., Goa, in a temporary capacity, with effect from 11-8-1965, (fore-noon) until further orders.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Mainkar, Under Secretary.

Panjim, 23rd August, 1965.

Revenue Department

Notification

LQN 113/204

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

The Deputy Collector, South-Division, Margao is hereby appointed under clause (c) of section 3 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the land, notified in Government Notification Planning and Development Deptt. No. LQN 113/130, dated 23-6-1965 to be acquired at the public expense for the public purpose of construction of Engineering College Buildings. He is also directed under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Naddkarni, Secretary (Revenue) Department.
Panjim, 16th August, 1965.

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Secretaria

Portaria

O Sr. M. P. Dixit, é nomeado temporariamente a partir de 21 de Junho de 1965, até ordens ulteriores, como Superintendente do Departamento de Pesca, em Damão.

R. C. Datar, Subsecretário (CD).

Pangim, 19 de Agosto de 1965.

Departamento do Interior

Portaria

HD-44-10242/65

Tendo sido destacado do Governo de Maharashtra, o Sr. S. R. Kulkarni, Superintendente adjunto da Polícia, C. I. D., Aurangabad, é nomeado temporariamente e até ordens ulteriores, Superintendente adjunto da Polícia de Goa, C. I. D., a partir de 11 de Agosto de 1965 (antes do meio-dia).

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

B. K. Mainkar, Subsecretário.

Pangim, 23 de Agosto de 1965.

«Revenue Department»

Despacho

LQN 113/204

«Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)»

O Collector-adjunto, Sub-divisão do Sul, Margão, é nomeado ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º de «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)», para exercer as funções de Collector em todos os trâmites ulteriores a serem seguidos em relação ao terreno mencionado na portaria do Governo n.º LQN 113/130, de 23 de Junho de 1965, expedida pelo Departamento de Planificação e Fomento, a ser adquirido pelo Estado, para fim público de construção do colégio de engenharia. Deverá o mesmo ao abrigo do artigo 7.º do mesmo Act, promover que a necessária autorização seja passada para efeitos da aquisição do mesmo terreno.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

Sripad Anant Naddkarni, Secretary (Revenue) Department,
Pangim, 16 de Agosto de 1965.

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

No. LQN 30/218 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Govt.») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for the purpose of the Chowgule Education Society for construction of Smt. Parvatibai Chowgule College and allied buildings.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this notification, will, under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a final notification to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is also pleased to authorise the Collector of Goa. Sub-section (2) of section 4 of the said Act, to do the acts, specified therein in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise the Secretary of the Chowgule Education Society under Sub-section (2) of the section 4 read with section 38 of the said Act, to do the acts, specified therein in respect of the said land.

6. Under clause (c) of section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is pleased to appoint the Deputy Collector/South Sub-Division Margão who may for the time being be in charge of Taluka to perform the functions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Margao	Margao	A plot of land, behind the present Chowgule College Building and adjoining the Margao-Curtorim Road, believed to the following persons: 1) Pandu S. Quer-car. 2) S. R. Hede. 3) Francisco R. Pereira. 4) Filipe Fedeiro. 5) Roque Santana Medeira. 6) Rosário Miranda. 7) Caetano Miranda. 8) António Miranda. 9) Jerónimo Miranda.	4000.00 sq. mt. 10001.45 sq. mt. 7254.00 sq. mt. 6955.00 sq. mt. 3919.86 sq. mt. 1306.62 sq. mt. 1306.62 sq. mt. 1306.72 sq. mt. 5506.20 sq. mt. 41556.47 sq. mt.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department.
Panjim, 17th August, 1965.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. LQN 10/142 — Whereas by Government Notification Development Department, No. LQN 10/18, dated 21st January 1965, it was notified that land, specified in the schedule

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º LQN 30/218 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins de construção do colégio «Parvatibai Chowgulê» e anexos da «Chowgulê Education Society».

Torna-se público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)» que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo do referido Act), pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, o Collector a exercer as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º referido no artigo 38.º do dito Act, o Secretário da «Chowgule Education Society» a exercer as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

6. Nos termos da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894», o Governo nomeia o Deputy Collector da Sub-divisão de Sul, ao presente à testa do concelho de Salsete, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Salsete	Margão	Terreno que fica atrás do Chowgulê College, ligado a rua que se dirige de Margão a Curtorim, confiada às seguintes pessoas: 1) Pandú S. Quer-car. 2) S. R. Hede. 3) Francisco R. Pereira. 4) Filipe Fedeiro. 5) Roque Santana Medeira. 6) Rosário Miranda. 7) Caetano Miranda. 8) António Miranda. 9) Jerónimo Miranda.	4000.00 m² 10001.45 m² 7254.00 m² 6955.00 m² 3919.86 m² 1306.62 m² 1306.62 m² 1306.72 m² 5506.20 m² 41556.47 m²

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department.
Pangim, 17 de Agosto de 1965.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º LQN 10/142 — Considerando que por portaria do Governo do Departamento de Fomento n.º LQN 10/18, de 21 de Janeiro de 1965, foi tornado público que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido

hereto (hereinafter referred to as «the said land») was needed for the public purpose viz. for construction of Medical College hostels and hospital buildings.

And whereas the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») is satisfied that the said land is needed to be acquired at the public expenses for the public purpose specified above.

It is hereby declared under the provision of section 6 of the said Act that the land is required for the public purpose specified above.

The Dy. Collector, North Sub-Division, Mapuca is hereby appointed under clause (c) of section 3 of the said Act to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land. He is also directed under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

And whereas, the acquisition of the said land is urgently necessary.

The Government is pleased to direct under sub-section (1) of section 17 of the said Act, that the Collector shall at any time on the expiration of fifteen days from the publication of the notice relating to the said land, under sub-section (i) of section 9 of the said Act take possession of all waste or arable of the said land.

SCHEDULE

Taluka	Village Town	Description of the said land	Approximate Area
Goa	Bambolim	Part of S. Nos. 4, 8, 9, 10, 11, 12, 36, 37, 38, 39, 213, 214 and 215.	119 hectares
	Siridão	Part Nos. 2 and 4.	
	Calapur	Part No. 682.	

A plan of the said land can be inspected at the office of the Director of P. W. D., Panjim.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department.
Panjim, 18th August, 1965.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. LQN 29/155 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for the public purpose viz. for construction of Health Centre building.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector, after the date of this notification, will under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. The Government is further pleased to direct under sub-section (4) of section 17 of the said Act that as the acquisition of the said land is urgently necessary, the provisions of section 5A, of the said Act shall not apply in respect of the said land.

4. The Government is also pleased to authorise under Sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The Director of P. W. D., Goa, Daman and Diu, Panjim.

5. Under clause (c) of section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is pleased to appoint the Deputy Collector North Sub-Division, Mapuca, who may for the time being be in charge of Bicholim Taluka to perform the func-

terreno») era de utilidade pública para fins da construção de residências para os estudantes da Faculdade de Medicina de Goa e instalações hospitalares.

Tendo mais em consideração, que o Governo de Goa, Damão e Dio (referido daqui em diante como «Governo») é de parecer que há necessidade de se adquirir o mesmo terreno pelo Estado, para o fim público acima especificado.

É declarado o terreno acima referido como sendo de utilidade pública para o fim atrás mencionado, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do referido Act.

O Collector-adjunto, sub-divisão do Norte, Mapuçá, é nomeado ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do referido Act, para exercer as funções de Collector para todos os trâmites legais a serem seguidos em relação ao mesmo terreno. Deverá o mesmo ao abrigo do artigo 7.º do mesmo Act, promover que a necessária autorização seja passada para efeitos da aquisição do mesmo terreno.

E, considerando por último, que a aquisição do terreno é de urgente necessidade.

O Governo autoriza ao abrigo do § 1.º do artigo 17.º do referido Act, o Collector, a qualquer momento, expirado o prazo de 15 dias contado da data da publicação do aviso referente ao mesmo terreno, ao abrigo do § (i) do artigo 9.º do aludido terreno, a tomar conta de toda a área inculta ou cultivável do dito terreno.

QUADRO

Concelho	Cidade	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Goa	Bambolim	Parte dos n.ºs 4, 8, 9, 10, 11, 12, 36, 37, 38, 39, 213, 214 e 215.	119 hectares
	Siridão	Parte dos n.ºs 2 e 4.	
	Calapur	Parte n.º 682.	

A planta do referido terreno poderá ser examinada na Repartição das Obras Públicas, em Pangim.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department.
Pangim, 18 de Agosto de 1965.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º LQN 29/155 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Dio (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção de edifício para o Centro de Saúde.

Torna-se público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)», que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos nele feitos, sem autorização do Collector, após a data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. O Governo declara mais ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do dito Act que, como a aquisição do terreno é de urgente necessidade não serão aplicadas as cláusulas contidas no artigo 5-A do dito Act ao mesmo terreno.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. O Collector de Goa.
2. Director das Obras Públicas, de Goa, Damão e Dio, Pangim.

5. Nos termos da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894» o Governo nomeia o Deputy Collector, sub-divisão de Norte, Mapuçá, ao presente encarregado do concelho de Bicholim, para exercer as funções de Collector ao

tions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Bicholim	Maulinguem	Cadastral survey nos. 131 (parte) 132 (parte) 133 (parte) 134 (parte) 135 (parte)	85 sq. mt. 431 sq. mt. 912 sq. mt. 2065 sq. mt. 6507 sq. mt. 10000 sq. mt.

A plan of the said land can be inspected at the office of the Deputy Collector, North Division, Mapuça.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department, Panjim, 24th August, 1965.

abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno:

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Bicholim	Maulinguem	N.º de Matriz 131 (parte) 132 (parte) 133 (parte) 134 (parte) 135 (parte)	85 m² 431 m² 912 m² 2065 m² 6507 m² 10000 m²

A planta do aludido terreno poderá ser consultada na repartição do Deputy Collector, sub-divisão do Norte, Mapuça.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department, Pangim, 24 de Agosto de 1965.

Education, Public Health and Public Works

Department of Education

Government Higher Secondary School

Charters of appointment

In accordance with the article 462-1 and 517 of Decree no. 36 508 of 17-9-1947 (Estatuto do Ensino Liceal) applied to this Territory by Ministerial Order no. 12 238 of 9-1-1948 and Decree no. 24 800 of 20-12-1934, for urgent necessity of the service, the following bodies of examiners are appointed for the written and oral examinations of the 2nd and 3rd cycles, 2nd terms (2.º e 3.º ciclos):

2nd Cycle

Section of Arts

(Written Examinations)

President: Prof. Jose Joaquim Inacio Paulo Eduardo da Silva — Portuguese and French.

Members:

Prof.ª Maria Margarida Bemvinda Dias — English.
Dr. Emerico Felisberto Pecci de Noronha — History.

The member, Dr. Emerico Felisberto Pecci de Noronha will serve as Secretary.

(Oral Examinations)

President: Prof. Jose Joaquim Inacio Paulo Eduardo da Silva — Portuguese and French.

Members:

Prof. Maria Margarida Bemvinda Dias — English.
Dr. Emerico Felisberto Pecci de Noronha — History.

The member, Dr. Emerico Felisberto Pecci de Noronha will serve as Secretary.

Section of Science

(Written Examinations)

President: Dr. João Avito Cleto Fernando de Souza — Physics & Chemistry.

Members:

Dr. Emerico Felisberto Pecci de Noronha — Geography.
Dr. Govinda Crisna Sinai Casonio — Natural Science.
Prof. Xantarama Vassudeva Sinai Amoncar — Drawing.
Prof. Xembu Sripada Amoncar — Mathematics.

The member, Prof. Xembu Sripada Amoncar will serve as Secretary.

3rd Cycle

History

(Written Examinations)

President: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Member: Dr. Emerico Felisberto Pecci de Noronha.
Secretary: Prof. Xembu Sripada Amoncar.

Instrução, Saúde Pública e Obras Públicas

Serviços de Instrução

«Government Higher Secondary School»

Alvarás de nomeação

Nos termos dos artigos 462.º-1 e 517.º do Decreto n.º 36 508, de 17 de Setembro de 1947 (Estatuto do Ensino Liceal), aplicado a este Estado pela Portaria Ministerial n.º 12 238, de 9 de Janeiro de 1948 e do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, por conveniência urgente de serviço, nomeio os seguintes júris das provas escritas e orais do 2.º e 3.º ciclos, 2.ª época:

2.º Ciclo

Secção de Letras

(Provas escritas)

Presidente: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva — Português e Francês.

Vogais:

Prof.ª Maria Margarida Bemvinda Dias — Inglês.
Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha — História.

Servirá de secretário do júri, o vogal Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha.

(Provas orais)

Presidente: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva — Português e Francês.

Vogais:

Prof.ª Maria Margarida Bemvinda Dias — Inglês.
Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha — História.

Servirá de secretário do júri, o vogal Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha.

Secção de Ciências

(Provas escritas)

Presidente: Dr. João Avito Cleto Fernando de Sousa — Ciências Físico-Químicas.

Vogais:

Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha — Geografia.
Dr. Govinda Crisna Sinai Casonio — Ciências Naturais.
Prof. Xantarama Vassudeva Sinai Amoncar — Desenho.
Prof. Xembu Sripada Amoncar — Matemática.

Servirá de secretário do júri, o vogal Prof. Xembu Sripada Amoncar.

3.º Ciclo

História

(Provas escritas)

Presidente: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Vogal: Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha.
Secretário: Prof. Xembu Sripada Amoncar.

Philosophy

(Written Examinations)

President: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Member: Pe. Manuel Antonio Pinto do Rosario.
Secretary: Prof. Xembu Sripada Amoncar.

(Oral Examinations)

President: Prof. Jose Joaquim Inacio Paulo Eduardo da Silva.
Member: Pe. Manuel Antonio Pinto do Rosario.
Secretary: Dr. João Avito Cleto Fernando de Sousa.

Physics & Chemistry

(Written Examinations)

President: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Member: Dr. João Avito Cleto Fernando de Sousa.
Secretary: Prof. Xembu Sripada Amoncar.

(Oral Examinations)

President: Prof. Jose Joaquim Inacio Paulo Eduardo da Silva.
Member: Dr. João Avito Cleto Fernando de Sousa.
Secretary: Pe. Manuel Antonio Pinto do Rosario.

Mathematics

(Written Examinations)

President: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Member: Prof. Xembu Sripada Amoncar.
Secretary: Prof. Jose Joaquim Inacio Paulo Eduardo da Silva.

In accordance with the article 462-1 and 517 of Decree no. 36 508 of 17-9-1947 (Estatuto do Ensino Liceal) applied to this Territory by Ministerial Order no. 12 238 of 9-1-1948 and Decree no. 24 800 of 20-12-1934, for urgent necessity of the service, the following bodies of examiners are appointed for the written and oral examinations of the 1st cycle, 2nd terms (1.º ciclo):

1st Cycle

(Written Examinations)

President: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva — Portuguese and French.

Members:

Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha — Natural Science including Geography.
Prof. Xembú Sripada Amoncar — Mathematics.
Prof. Xantarama Vassudeva Sinai Amoncar — Drawing.

The member, Prof. Xembu Sripad Amoncar will ser as Secretary.

(Oral Examinations)

President: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva — Portuguese.

Members:

Prof. Pedro José Milagres do Rosário Noronha — French.
Dr. Narana Babuli Camotim Ganecar — Natural Science including Geography.
Prof. Xembú Sripada Amoncar — Mathematics.

The member, Prof. Xembú Sripada Amoncar will serve as Secretary.

Government Higher Secondary School, Goa, 11th July, 1965.
— The Rector, *Filipe Armindo Pinto*.

Finance Department

Order

F.1/II/4-7/65/1836

Read: Report No. DA/PA/V/62 dated 8th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 1,402-72 Ps. (Rupees One thousand four hundred and two and seventy two paise) to Shri Darmo Mono Molico, Police Guard, grade III, who has been declared unfit for further service by, Revision Medical Board

Filosofia

(Provas escritas)

Presidente: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Vogal: Pe. Manuel António Pinto do Rosário.
Secretário: Prof. Xembú Sripada Amoncar.

(Provas orais)

Presidente: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva.
Vogal: Pe. Manuel António Pinto do Rosário.
Secretário: Dr. João Avito Cleto Fernando de Sousa.

Ciências Físico-Químicas

(Provas escritas)

Presidente: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Vogal: Dr. João Avito Cleto Fernando de Sousa.
Secretário: Prof. Xembú Sripada Amoncar.

(Provas orais)

Presidente: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva.
Vogal: Dr. João Avito Cleto Fernando de Sousa.
Secretário: Pe. Manuel António Pinto do Rosário.

Matemática

(Provas escritas)

Presidente: Dr. Filipe Armindo Pinto.
Vogal: Prof. Xembú Sripada Amoncar.
Secretário: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva.

Nos termos dos artigos 462.º-1 e 517.º do Decreto n.º 36 508, de 17 de Setembro de 1947 (Estatuto do Ensino Liceal), aplicado a este Estado pela Portaria Ministerial n.º 12 238, de 9 de Janeiro de 1948 e do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, por conveniência urgente de serviço, nomeio os seguintes júris das provas escritas e orais do 1.º ciclo, 2.ª época:

1.º Ciclo

(Provas Escritas)

Presidente: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva — Português e Francês.

Vogais:

Dr. Emérico Felisberto Pecci de Noronha — Ciências Geográficas-Naturais.
Prof. Xembú Sripad Amoncar — Matemática.
Prof. Xantarama Vassudeva Sinai Amoncar — Desenho.

Servirá de secretário do júri, o vogal Prof. Xembú Sripada Amoncar.

(Provas Oraís)

Presidente: Prof. José Joaquim Inácio Paulo Eduardo da Silva — Português.

Vogais:

Prof. Pedro José Milagres do Rosário Noronha — Francês.
Dr. Narana Babuli Camotim Ganecar — Ciências Geográficas Naturais.
Prof. Xembú Sripad Amoncar — Matemática.

Servirá de secretário do júri, o vogal Prof. Xembú Sripada Amoncar.

«Government Higher Secondary School», em Goa, 11 de Julho de 1965. — O Reitor, *Filipe Armindo Pinto*.

Departamento das Finanças

Portaria

F.1/II/4-7/65/1836

Ref: Nota n.º DA/PA/V/62 de 8 de Julho de 1965 do Director da Contabilidade, Pangim.

É autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 1,402-72 Ps. (mil quatrocentas e duas rupias e setenta e dois paise) ao Sr. Darmo Mono Molico, guarda de 3.ª classe da Polícia, que foi declarado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 15 de Outubro de 1962. A

on 15th October, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 560/- (Rupees five hundred and sixty only) according to article 4 of the said Decree no. 42325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 14-80 Ps. (Rupees fourteen and paise eighty only) in respect of his military service.

The expenditure is debitable to the head of account «65 — Pensions and other retirement benefits—A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner—Vide order dated 28th January, 1963 published in Government Gazette no. 9 dated 28th February, 1963.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 23rd August, 1965.

Order

F. 1/II/4-7/65/1812

Read: Report no. DA/PA/V/51 dated 7th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 1,834-32 ps. (Rupees One thousand eight hundred and thirty four and thirty two paise) to Shri Francisco Pereira, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by Revision Medical Board on 3rd November, 1961. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42325 dated 16th June, 1959.

The Sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 805/- (Rupees eight hundred and five only according to article 4 of the said Decree no. 42325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 37-55 Ps. (Rupees thirty seven and fifty five paise) in respect of his military service in 5 monthly instalments.

The expenditure is debitable to the head of account «65—Pensions and other retirement benefits—A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner—Vide order dated 30th November, 1961 published in Government Gazette no. 12 of 1962.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 23rd August, 1965.

Order

F.1/II/4-7/65/1827

Read: Report no. DA/PA/V/61 dated 8th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 1,402-72 Ps. (Rupees one thousand four hundred and two and seventy two paise) to Shri Xec Mussa, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by Revision Medical Board on 15th October, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 560/- (Rupees five hundred

pensão foi calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º, *ibid* de harmonia com o vencimento-base correspondente à letra Y concedido pelo Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961, e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita a condição do pagamento por parte do pensionista (i) da indemnização de Rps. 560/- (quinhentas e sessenta rupias) conforme o artigo 4.º do referido Decreto n.º 42325, em 96 prestações mensais e (ii) a contribuição da pensão de Rps. 14-80 Ps. (catorze rupias e oitenta paise) relativa ao seu serviço militar.

O encargo será satisfeito pela verba orçamental «65 — Pensions and other retirement benefits—A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a ordem do pagamento da pensão anual provisória autorizada a favor do dito pensionista, por portaria de 28 de Janeiro de 1963, publicada no *Boletim Oficial* n.º 9 de 29 de Fevereiro de 1963.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 23 de Agosto de 1965.

Portaria

F. 1/II/4-7/65/1812

Ref: Nota n.º DA/PA/V/51, de 7 de Julho de 1965, do Director de Contabilidade, Pangim.

É autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 1834-32 Ps. (mil oitocentas e trinta e quatro rupias e trinta e dois paise) ao Sr. Francisco Pereira, guarda de 3.ª classe da Polícia, que foi declarado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 3 de Novembro de 1961. A pensão foi calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, de harmonia com o vencimento-base correspondente à letra Y, conferida pelo Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961 e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita a condição do pagamento por parte do pensionista (i) da indemnização de Rps. 805/- (oitocentas e cinco rupias) conforme o artigo 4.º do referido Decreto n.º 42325, em 96 prestações mensais e (ii) a contribuição de pensão de Rps. 37-55 Ps. (trinta e sete rupias e cinquenta e cinco paise) relativa ao seu serviço militar, em 5 prestações mensais.

O encargo será satisfeito pela verba orçamental «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a ordem do pagamento da pensão anual provisória autorizada a favor do dito pensionista, por portaria de 30 de Novembro de 1961, publicada no *Boletim Oficial* n.º 12 de 1965.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 23 de Agosto de 1965.

Portaria

F.1/II/4-7/65/1827

Ref: Nota n.º DA/PA/V/61, de 8 de Julho de 1965, do Director da Contabilidade de Pangim.

É autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 1402-72 Ps. (mil quatrocentas e duas rupias e setenta e dois paise) ao Sr. Xec Mussa, guarda de 3.ª classe da Polícia, que foi declarado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 15 de Outubro de 1962. A pensão foi calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º, *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y, constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961 e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento por parte do pensionista (i) da indemnização de Rps. 560/- (quinhentas e sessenta rupias), conforme o artigo 4.º do citado Decreto

and sixty only) according to article 4 of the said Decree no. 42 325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 14-80 Ps. (Rupees fourteen and eighty paise) in respect of his military service.

The expenditure is debitable to the head of account «65 — Pensions and other retirement benefits — A. 1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner — Vide order dated 28th January, 1963 published in Government Gazette no. 8 dated 21st February, 1963.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 24th August, 1965.

Order

F.1/II/4-7/65/1815

Read: Report no. DA/PA/V/55 dated 7th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 1,510-62 (Rupees one thousand five hundred ten and sixty two paise) to Shri Abdul Reiman Xa, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by the Revision Medical Health Board on 16th April, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42 325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 630/- (Rupees six hundred and thirty only) according to article 4 of the said Decree no. 42 325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 25-10 (Rupees twenty five and ten paise) in respect of his military service in 5 monthly instalments.

The expenditure is debitable to the head of account «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner — vide order dated 12th September, 1962 published in Government Gazette no. 40 dated 4th October, 1962.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 24th August, 1965.

Notification

FS/F.III/2-35/Part/65

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of Section 42 of the Goa, Daman and Diu Excise Duty Act, 1964, the Government hereby exempts the Siolim-Oxel Toddy Tappers Cooperative Society Limited, Siolim, from the payment of the licence fee prescribed for wholesale vend of country liquor under Schedule C, II (1) appended to the said Act.

N. Subramanian, Finance Secretary.

Panjim, 20th August, 1965.

Law Department

Order

In exercise of the powers conferred by paragraph 2 of the Removal of Difficulties Order, 1962, and of all other powers enabling me in this behalf, I, K. R. Damle, Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu, direct that in modification of the Order of the 19th September, 1964, the Secretary, Revenue Department, be appointed as a Member of the Disciplinary Board in place of the Director of Civil Administration.

K. R. Damle

Administrator

Panjim, 18th August, 1965.

n.º 42 325, em 96 prestações mensais e (ii) a contribuição da pensão de Rps. 14-80 Ps. (catorze rupias e oitenta paise) em relação ao seu serviço militar.

O encargo será satisfeito pela verba orçamental «65 — Pensions and other retirement benefits — A. 1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a ordem do pagamento da pensão anual definitiva a favor do dito pensionista, vide a portaria de 28 de Janeiro de 1963, publicada no *Boletim Oficial* n.º 8, de 21 de Fevereiro de 1963.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 24 de Agosto de 1965.

Portaria

F.1/II/4-7/65/1815

Ref: Nota n.º DA/PA/V/55, de 7 de Julho de 1965, do Director de Contabilidade, de Pangim.

É autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 1510-62 Ps. (mil quinhentas e dez rupias e sessenta e dois paise) ao Sr. Abdul Reiman Xá, guarda de 3.ª classe de Polícia que foi declarado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 16 de Abril de 1962. A pensão foi calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y, constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961 e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42 325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento, por parte do pensionista (i) da indemnização de Rps. 630/- (seiscentas e trinta rupias), nos termos do artigo 4.º do citado Decreto n.º 42 325, em 96 prestações mensais e (ii) a contribuição da pensão de Rps. 25-10 Ps. (vinte e cinco rupias e dez paise) em relação ao seu serviço militar, em 5 prestações mensais.

O encargo desta pensão será satisfeito pela verba «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a ordem do pagamento da pensão anual provisória autorizada a favor do dito pensionista, vide portaria de 12 de Setembro de 1962, publicada no *Boletim Oficial* n.º 40, de 4 de Outubro de 1962.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Panjim, 24 de Agosto de 1965.

Despacho

FS/F.III/2-35/Part/65

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 42.º de «Goa, Daman and Diu Excise Duty Act, 1964», o Governo isenta «Siolim-Oxel Toddy Tappers Cooperative Society Limited, Siolim», do pagamento da taxa de licença, formulada para a venda do espírito nativo ao abrigo da cláusula C, II (1) junta ao referido Act.

N. Subramanian, Secretário das Finanças.

Pangim, 20 de Agosto de 1965.

Departamento de Justiça

Portaria

No uso das faculdades conferidas pelo § 2.º de «Removal of Difficulties Order, de 1962», e de todas as demais faculdades que me são conferidas para esse efeito eu, K. R. Damle, Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, determino a modificação da portaria de 19 de Setembro de 1964 e nomeação do Secretário do «Revenue Department», como vogal do Conselho Disciplinar no lugar do Director dos Serviços de Administração Civil.

K. R. Damle

Administrador

Pangim, 18 de Agosto de 1965.

Order
RC/47/65

Whereas Narahari Ramacrisna Boto Cale, resident at Davem of Satari Taluka, has applied to the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu, to change his name Ori Boto into Narahari Ramacrisna Boto Cale;

Whereas all legal procedures earmarked for the purpose in nos. 1 to 3 of article 178 of the Civil Registration Code, have been complied with;

Ori Boto, resident at Davem, in accordance with no. 4 of article 178 of the Civil Registration Code, is hereby authorized to change his name Ori Boto, into Narahari Ramacrisna Boto Cale and thereby publish this Order in the Government Gazette. He should apply to make the necessary change in the respective birth register.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panjim, 6th August, 1965.

Order
L. D. 336/65

The temporary appointment of Shri Sadassiva Sinai Colvalcar, Escrivão of the Court of Ponda made by order dated 17th August, 1963 published in the Government Gazette no. 35, series II, dated 29th August, 1963 and lately renewed by order dated 22nd August, 1964 published in the Government Gazette no. 35, series III, dated 27th August, 1964 is hereby renewed with effect from 16th of August, 1965 for a further period of one year or until further orders.

The order transferring Shri Francisco João Elesbão da Costa, Escrivão of Diu Court is hereby cancelled.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panjim, 24th August, 1965.

Order
L. D. 343/65

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 401 of the Code of Criminal Procedure, 1898 as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu and of all other powers enabling him in that behalf, the Lieutenant Governor, Goa, Daman and Diu, hereby suspends the punishment of «imposto de Justiça» on the following persons who were convicted and sentenced to pay the said «imposto de Justiça», by Quepem Court.

Sr. No.	Case No.	Name
1.	19901	Ramchondra Hori Boto.
2.	20065	Atmarama Ananta Rau Rane.
3.	20302	Vantu Sonum Velipo.
4.	20302	Vassanta Visvonata Folo Dessai
5.	18101	Crisna Naique.
6.	18860	Maruti Callapa Coquitcar.
7.	19823	Bombo Cantu Velipo.
8.	14809	Siurama Ragobá Naique Gauncar.
9.	19593	Rosario Fernandes.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panjim, 27th August, 1965.

Industries and Labour Department

Order
L C/1/65/2484

Industrial Disputes Act, 1947

Whereas the Government of Goa, Daman and Diu has considered the report submitted by the Labour Commissioner and Conciliation Officer under sub-section (4) of Section 12 of the Industrial Disputes Act, 1947 (XIV of 1947) in respect

Portaria
RC/47/65

Tendo Narahari Ramacrisna Boto Calê, residente em Davem do concelho de Satari, requerido ao Governo a mudança do seu nome Ori Boto para Narahari Ramacrisna Boto Calê;

Atendendo a que foram cumpridas todas as formalidades legais para esse fim designadas nos n.º 1.º a 3.º do artigo 178.º do Código do Registo Civil;

É autorizado Ori Boto, residente em Davem, de harmonia com o disposto no n.º 4.º do artigo 178.º do Código do Registo Civil, a mudar o seu nome Ori Boto para Narahari Ramacrisna Boto Calê e bem assim a publicar no *Boletim Oficial*, a presente portaria, devendo solicitar o competente averbamento no respectivo registo de nascimento.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Pangim, 6 de Agosto de 1965.

Portaria
L. D. 336/65

A nomeação temporária do escrivão de Juízo de Ponda, Sr. Sadassiva Sinai Colvalcar, efectuada por portaria de 17 de Agosto de 1963, publicada no *Boletim Oficial* n.º 35, 2.ª série, de 29 de Agosto de 1963 e ultimamente renovada por portaria de 22 de Agosto de 1964, publicada no *Boletim Oficial* n.º 35, 2.ª série, de 27 de Agosto de 1964, é renovada, a partir de 16 de Agosto de 1965, por mais um ano ou até ordens ulteriores.

É cancelada a portaria da transferência do escrivão do Juízo de Diu, Sr. Francisco Elesbão da Costa.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Pangim, 24 de Agosto de 1965.

Portaria
L. D. 343/65

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 401.º do «Code of Criminal Procedure, 1895», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu e das demais faculdades que lhe são conferidas para esse fim, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, concede a remissão da pena do imposto de justiça aos indivíduos a seguir mencionados, que tinham sido julgados e condenados a pagar o mesmo imposto, pelo tribunal de Quepem.

N.º de ordem	N.º de processo	Nomes
1.	19901	Ramchondra Hori Boto.
2.	20065	Atmarama Ananta Rau Rane.
3.	20302	Vantu Sonum Velipo.
4.	20302	Vassanta Visvonata Folo Dessai
5.	18101	Crisna Naique.
6.	18860	Maruti Callapa Coquitcar.
7.	19823	Bombo Cantu Velipo.
8.	14809	Siurama Ragobá Naique Gauncar.
9.	19593	Rosário Fernandes.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Pangim, 27 de Agosto de 1965.

Departamento de Indústrias e Trabalho

Portaria
L C/1/65/2484

«Industrial Disputes Act, 1947»

O Governo de Goa, Damão e Diu, tendo em vista o relatório apresentado pelo Comissário de Trabalho e Oficial de Reconciliação, nos termos do § 4.º do artigo 12.º do «Industrial Disputes Act, 1947. (XIV of 1947)», em relação à disputa entre

of the Dispute between M/s Damodar Mangeljee & Co., (India) Ltd. and the workmen employed under them at their Dabolim Workshop over the demands mentioned in the Schedule appended to this Order;

And whereas the Government of Goa, Daman and Diu after considering the aforesaid report is satisfied that there is a case of referring the dispute to the Tribunal;

Now, therefore, in exercise of the powers conferred by sub-section 5 of Section 12 of the Industrial Disputes Act, 1947, the Government of Goa, Daman and Diu is pleased to refer the said dispute to the adjudication of the Tribunal consisting of Shri Sayad Taki Bilgrami constituted under Government Notification no. LC/1/63 dated 30th October, 1963:

SCHEDULE

1) The Company should make permanent all the workmen who have put in continuous service of 3 months and over.

2) The Company should pay bonus to all its workmen for the year ending 1963 at the rate of 25 per cent of the total wages earned during the year.

3) The Company should provide free medical facilities to all the workshop staff; periodical medical check-up should be carried out of all the workshop staff once in every three months and the record of the same should be maintained.

4) The Company should introduce a Gratuity Scheme as under:

In the case of death, physical or mental disability, retirement, resignation, or termination of services by the Company for any reasons whatsoever the Company should pay gratuity to the workmen concerned at the rate of one month's wages for every completed year of service limited to maximum of 20 months' wages.

While calculating the quantum of gratuity the last drawn salary should be taken as the base for computing the amount of gratuity.

5) The Company should supply free of cost 6 pairs of boiler suits to each workman annually.

6) The Company should grant travelling allowance with adequate «Bhatta» to all its workmen who are sent by it to any place other than their work spot.

7) The Company should provide a suitable place as a recreational-cum-rest room for the benefit of its workmen.

8) The Company should classify all the workmen and fix them up in the scales as mentioned below:

Chief Mechanic Chief Welder Chief Electrician Chief Carpenter Chief Supervisor	} Rs. 450-20-610-EB-35-855
--	----------------------------

Head Mechanic Head Welder Head Electrician Head Carpenter Head Supervisor	} Rs. 300-15-420-EB-20-560
---	----------------------------

Senior Mechanic Senior Welder Senior Carpenter Senior Electrician Senior Painter Senior Blacksmith	} Rs. 250-12.50-350-EB-15-455
---	-------------------------------

Junior Mechanic Junior Welder Junior Electrician Junior Carpenter Junior Supervisor Junior Painter Junior Blacksmith	} Rs. 225-10-305-EB-15-410
--	----------------------------

All Assistants	Rs. 125-7.50-185-EB-12.50-272.50
All Helpers	Rs. 110-5-150-EB-7.50-202.50
Watchmen	Rs. 110-5-150-EB-7.50-202.50
Male Coolies	Rs. 100-5-140
Female Coolies	Rs. 95-5-135

«M/s Damodar Mangeljee & Co., (India) Ltd.», e os operários empregados nas suas Oficinas de Dabolim, sobre a exigência mencionada no quadro que segue;

Atendendo a que o Governo de Goa, Damão e Diu, depois de ter examinado o referido relatório, considera que há motivo para a disputa ser submetida ao Tribunal;

No uso das faculdades conferidas pelo § 5.º do artigo 12.º do «Industrial Disputes Act, 1947», o Governo de Goa, Damão e Diu, submete a mesma disputa à decisão do Tribunal, constituído do Sr. Sayad Taki Bilgrami, ao abrigo da Portaria n.º LC/1/63, de 30 de Outubro de 1963:

QUADRO

1) A companhia deverá confirmar nos seus lugares todos os operários que tenham servido continuamente por três meses ou mais.

2) A companhia deverá pagar bonus a todos os seus operários, relativamente ao ano de 1963, a razão de 25 por cento do total dos salários percebidos durante o ano.

3) A companhia deverá providenciar no sentido de todo o pessoal oficial ter tratamento médico gratuito; exames médicos periódicos deverão ser feitos de todo o pessoal oficial uma vez em cada três meses, deixando registado o respectivo resultado.

4) A companhia deverá introduzir um sistema de pagamento de gratificações como segue:

No caso de morte, incapacidade física ou mental, aposentação, exoneração ou no caso de ser dado por findo o serviço pela companhia por quaisquer razões que sejam, a companhia deverá pagar ao operário respectivo, gratificação correspondente ao vencimento de um mês por cada ano de serviço completo, sujeito ao limite máximo de vencimento correspondente a 20 meses.

Para cálculo do quantitativo de gratificação a ser abo-nada, deverá ser tomada em conta como base o último salário percebido.

5) A companhia deverá fornecer gratuitamente a cada operário seis fatos de oficinas, anualmente.

6) A companhia deverá conceder abonos de passagem, incluindo o subsídio de alimentação, a todos os seus operários, que sejam deslocados para qualquer sítio diferente do seu local habitual de trabalho.

7) A companhia deverá dispor de um lugar adequado para ser utilizado pelos operários para a sua diversão e descanso.

8) A companhia deverá classificar todos os operários e fixar-lhes salários segundo as escalas a seguir indicadas:

«Chief Mechanic» «Chief Welder» «Chief Electrician» «Chief Carpenter» «Chief Supervisor»	} Rps. 450-20-610-EB-35-855
--	-----------------------------

«Head Mechanic» «Head Welder» «Head Electrician» «Head Carpenter» «Head Supervisor»	} Rps. 300-15-420-EB-20-560
---	-----------------------------

«Senior Mechanic» «Senior Welder» «Senior Carpenter» «Senior Electrician» «Senior Painter» «Senior Blacksmith»	} Rps. 250-12.50-350-EB-15-455
---	--------------------------------

«Junior Mechanic» «Junior Welder» «Junior Electrician» «Junior Carpenter» «Junior Supervisor» «Junior Painter» «Junior Blacksmith»	} Rps. 225-10-305-EB-15-410
--	-----------------------------

«All Assistants»	Rps. 125-7.50-185-EB-12.50-272.50
«All Helpers»	Rps. 110-5-150-EB-7.50-202.50
«Watchmen»	Rps. 110-5-150-EB-7.50-202.50
«Male Coolies»	Rps. 100-5-140
«Female Coolies»	Rps. 95-5-135

The Company should sanction the above pay scales with retrospective effect from 1st January 1964.

A companhia deverá autorizar o pagamento de salários nas escalas acima indicadas com efeito retroactivo a partir de 1 de Janeiro de 1964.

The Company should also give increments to the workmen with retrospective effect on the following formula:—

- Those having 4 years' service should get two increments.
- Those who are within one and four years of service should get one increment.
- Less than one year — no increment.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.

Panjim, 17th August, 1965.

Resolution

LC/21/65

In exercise of the powers conferred vide sub-section (1) of Section 4 of the Motor Transport Workers' Act, 1961 (27 of 1961) the Government of Goa, Daman and Diu is pleased to appoint the Labour Commissioner, Panjim as the Chief Inspector for the purposes of this Act for the Union Territories of Goa, Daman and Diu.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary Industries and Labour Department.

Panjim, 20th August, 1965.

«Caixa Económica de Goa»

Order

The acting appointment of Shri Ananda Sinai Amoncar for the post of 3rd grade officer of the «Caixa Económica de Goa», made by order dated 26-8-1964 is renewed with effect from 1-9-1965 until further orders.

«Caixa Económica de Goa», 26th August, 1965. — The Custodian, *S. V. Bhobe*.

A companhia deverá também conceder aumento de salários aos operários com efeito retroactivo e segundo a seguinte fórmula:

- Dois aumentos aos que tenham quatro anos de serviço.
- Um aumento aos que tenham serviço abrangido entre um e quatro anos.
- Nenhum aumento aos que tenham menos de um ano de serviço.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Pangim, 17 de Agosto de 1965.

Resolução

LC/21/65

No uso das faculdades conferidas vide alínea (1) do artigo 4.º do «Motor Transport Workers' Act, 1961 (27 of 1961)», o Governo de Goa, Damão e Dio, nomeia o «Labour Commissioner», Pangim, como Inspector-Chefe para os fins do referido Act, para os territórios de Goa, Damão e Dio.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Pangim, 20 de Agosto de 1965.

Caixa Económica de Goa

Despacho

A nomeação interina de Ananda Sinai Amoncar, para o cargo de terceiro-oficial da Caixa Económica de Goa, efectuada por despacho de 26 de Agosto de 1964, é renovada com efeito a partir de 1 de Setembro de 1965, até ordens ulteriores.

Caixa Económica de Goa, em Goa, 26 de Agosto de 1965. — O Gestor, *S. V. Bhobe*.